



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000633-57.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Auxílio-Doença Acidentário**  
 Requerente: **LUCIANA ALVES PEREIRA DA SILVA**  
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Luciana Alves Pereira da Silva** move ação em face do **Instituto Nacional de Seguro Social**, dizendo que sofreu acidente típico de trabalho, no dia 28.11.1994, acidente esse que lhe causou sequelas, resultando na redução de sua capacidade laborativa de forma definitiva, com limitação do braço/ombro direito. O réu foi comunicado desse acidente, mas negou a existência de sequelas permanentes, apesar da evidente necessidade para a autora empregar maior esforço para o desempenho de suas atividades laborais. Faz jus ao auxílio acidente. Pede a procedência da ação para condenar o réu a lhe prestar auxílio acidente desde a data da cessação do auxílio doença acidentário. Documentos às fls. 08/15.

O réu foi citado e contestou às fls. 28/35 dizendo que não está comprovado o nexo de causalidade, não existe doença profissional capaz de justificar a pretensão deduzida na inicial, a autora está apta a trabalhar nas habituais atividades do seu trabalho sem despendar maior esforço. Em caso de eventual procedência do pedido autoral, os honorários advocatícios não deverão exceder 5% e não incidirão sobre as parcelas vincendas, a correção monetária incidirá desde o ajuizamento da ação, bem como os juros não poderão ultrapassar 6% ao ano. Improcede a demanda. Documentos às fls. 36/40.

O réu exibiu cópia do procedimento administrativo do benefício concedido à autora: fls. 56/67. Laudo pericial às fls. 84/89. O réu foi o único a se manifestar sobre o laudo conforme fl. 97.

**É o relatório. Fundamento e decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Incontroverso que a autora trabalhou na A.W. Faber Castell S/A no período de 01.10.1986 até 01.04.2003, e ficou afastada pelo INSS de 14.12.1994 até 10.01.1995, conforme fl. 40. Depois disso, retornou às suas atividades laborais.

A autora inicialmente trabalhava como apontadora de produção, sendo que a partir de 01.10.1989 passou a exercer a função de digitadora e, por fim, após a cessação do auxílio doença, a função de operadora de televidas, função esta que realizou até 2003.

O laudo pericial de fls. 84/89 diagnosticou o seguinte problema de saúde vivenciado pela autora: tendinite do supra espinhoso.

A vistora a fl. 87 informou “o exame físico e específico e objetivo revelou: quanto aos membros superiores não se constatou qualquer anormalidade anatômica ou déficit funcional bilateralmente, haja vista que a mobilidade está preservada em todos os pontos articulares investigados desde ombros até os quirodáctilos, assim como o trofismo, força muscular proximal e distal em ambos os membros. O único achado no atual exame físico foi a queixa de dor à palpação do ombro direito, mas de forma isolada, pois não está associada a qualquer outro comemorativo”.

A perita conclui: “não há procedência quanto ao nexo causal no momento relativamente à queixa formulada do membro superior direito e tão pouco ao exame físico atual desse segmento corpóreo também não se constatou déficit funcional ou anatômico que possa reduzir ou comprometer a capacidade laborativa da autora ao exercício de suas atividades profissionais habituais”.

Ao responder aos quesitos do réu, a perita enfatizou que o quadro atual da autora não lhe confere restrição funcional incapacitante sob o aspecto laborativo: fl. 88, resposta à letra “d” dos quesitos do INSS.

A autora teve oportunidade de questionar esse laudo e não o fez. Referida peça mostra-se bem estruturada e fundamentada, cuja conclusão se mostra contrária à pretensão deduzida pela autora na inicial. Ausente o nexo causal. Ademais, ficou clarificado que a autora está apta ao trabalho remunerado a terceiros.

Ajusta-se à hipótese vertente dos autos o precedente do E. Superior Tribunal de Justiça:

*“PREVIDENCIÁRIO E PROCESUAL CIVIL ACIDENTÁRIA. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORAL. NEXO CAUSAL INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL PARA O TRABALHO. VERBETE SUMULAR Nº 7/STJ. PRECEDENTE DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Para a concessão do benefício*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

*acidentário, é necessário que a deficiência tenha relação com o exercício da atividade laboral e cause incapacidade total ou parcial para o trabalho, sendo insuficiente a simples constatação da lesão. 2. Inviável a reapreciação do aresto recorrido no ponto em que concluiu pela ausência de redução da capacidade laboral, porque incidente o óbice do verbete sumular nº 7/STJ. 3. Agravo regimental improvido” (AgRg no Ag. nº 65163/SP, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima).*

**JULGO IMPROCEDENTE** a ação. A autora está isenta do pagamento de honorários advocatícios e custas do processo.

P.R.I.

São Carlos, 12 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**